

# O SERTÃO DAS MINAS E O PROGRESSO CITADINO: REFLEXÕES SOBRE A AÇÃO POLÍTICA POPULAR NO INÍCIO DA REPÚBLICA

*Alysson Luiz Freitas\**

**Resumo:** O presente artigo tem como objetivo analisar a transição do século XIX para o século XX na região norte-mineira, tendo como especial foco uma análise da formação da cidade no período, em meio ao progresso e desenvolvimento que se avizinhava. Nesse contexto, procuramos observar um elemento específico dessa transformação, qual seja, a ação política popular por meio da ação individual ou coletiva dos norte-mineiros na luta por alguns dos seus direitos mais básicos e interesses em resolução de situações ligadas ao bem comum.

**Palavras-chaves:** política; cidade; cidadania; sertão.

**Abstract:** The present work has as objective to analyze the transition of the XIX (nineteenth) century to the twentieth century in the North region of Minas, having as a special focus the analysis of the city construction back then, and amongst the progress and development that were about in the region. In context, observations were made to achieve the specific element of the transformation, whichever it is, the political action throughout the individual action or amongst people from North of Minas struggling for some of their basic rights and interests in the resolution of situations connected to the general well-being.

**Keywords:** politics; city; citizenship; backwoods.

---

\* Professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes. Mestre em História pela UFMG e Doutor em História Social pela USP.

A análise da transição para o regime republicano e as novas formas de relações sociais que se configuraram em várias regiões do Brasil é objeto importante no estudo da formação das cidades no Brasil, especialmente no início do século XX. A mudança de regime político e o início do século marcaram várias regiões, especialmente quanto ao progresso que se avizinhava, em meio ao coronelismo característico das relações políticas regionais. Muitas cidades, portanto, conviveram constatemente com um universo que mesclava passado e presente.

A formação das cidades e da vida urbana em vários países, especialmente à essa época, foi resultado das grandes transformações advindas do pós-Revolução Industrial e, segundo Annateresa Fabris, revelou como as cidades se transformaram em *lócus* de confronto entre o presente e o passado, gerando uma enorme mobilidade de signos e símbolos, “que é a verdadeira essência da vida urbana e de seus produtos simbólicos” (FABRIS, 2000, p. 10).

Os estudos mais atuais sobre as cidades e a chamada “história urbana” buscam recorrer, cada vez mais, a uma gama variada de dados e informações, como registros fiscais, paroquiais ou censos, promovendo, segundo alguns autores, “o surgimento de equipes interdisciplinares, encarregadas de desenvolver investigação de grande amplitude” (RAMINELLI. In: VAINFAS, 1997, p. 189).

O presente texto procura avaliar tais elementos no sertão norte-mineiro por meio de documentação da Câmara Municipal ao longo do período em questão, e tem como abordagem principal os elementos históricos que compuseram a ação política na região, nos permitindo, assim, compreender com maior clareza a formação do sertão norte-mineiro e o cotidiano político que se moldava.

Após décadas de um regime monárquico que marcara o século XIX brasileiro, o dia 15 de novembro de 1889 entraria para a história como mais um grande evento político do país, responsável pela nossa transição para o regime republicano. A transição de um regime para o outro fez sentir no país inteiro um processo de transformações e de continuidades, de mudanças e de permanências, como de fato geralmente se dá na história do Brasil, em tantos e tantos eventos que marcaram a nossa vida política.

O norte de Minas também presenciou alguns desses elementos de permanências e continuidades, aliando as transformações de um novo regime que se iniciava – tendo em vista o progresso que provocava mudanças nas primeiras décadas da República – com as permanências de um passado marcado pelo escravismo e pelas relações políticas de dependência e paternalismo – tendo o coronelismo como elemento central dessas continuidades.

### **Montes Claros na transição do século XIX para o século XX**

Os estudos sobre o coronelismo no Brasil foram responsáveis por análises variadas sobre o tema, desde a discussão sobre o auge do sistema, até as formas pelas quais o mesmo se configurou. Mesmo diante desses debates, a maioria das pesquisas demonstra a enorme vocação do país para a permanência de algumas das principais características das nossas relações políticas, heranças advindas desde o período colonial, e que se moldava por relações de paternalismo, de poder e de clientelismo, instrumentos da ação política que definiu o coronelismo no Brasil, de norte a sul, do litoral ao sertão das Minas.

César Henrique Porto, estudando a região norte-mineira, evidencia algumas das principais características que marcaram a vida política sertaneja nas primeiras décadas da República. O título do seu livro, *Paternalismo, poder privado e violência*, por si só, já nos parece imensamente esclarecedor de parte do caráter político que se configurava na região (PORTO, 2007).

Estudando o fenômeno coronelista local, o autor revela como a violência aparecia no *lôcus* sertanejo, entre liberais e conservadores, entre monarquistas e republicanos. Dominada por pelo menos duas grandes facções políticas naqueles anos iniciais da República, a vida política na região era agitada, e a violência dava contornos especiais ao cotidiano político (PORTO, 2007).

Nos jornais da época, analisados pelo autor, fica evidente o acalorado debate político que se dava, mostrando que o sertão das Minas explicitava muitas das características da vida política regional. Cada vez menos sustenta-se a tese do isolamento da região, mesmo que, obviamente, as características do poder privado e da violência se faziam sentir, como de resto o era para todo o Brasil, conforme os estudos sobre o coronelismo demonstraram nas últimas décadas.

John Wirth, em trabalho sobre as Minas Gerais no início da República, *O fiel da balança*, traça um panorama sobre a vida política das Minas e, em comentário sobre a condição política da região norte-mineira, analisa as disputas que se davam pelo poder e, em conjunto, o papel da violência na vida política local. Segundo o autor, a cidade de Montes Claros, durante anos, esteve dividida entre dois grandes grupos políticos, nos seus dizeres, “campos de batalha”:

Um deles, o “Partido do Alto”, situado na praça mais alta da cidade, era liderado pelos irmãos Alves, Honorato (1868-1948) e João José (1876-1935). Era deles a facção conservadora denominada “baratas”, herdada pelos irmãos de um médico cuja prática no Norte de Minas e Bahia os Alves continuaram. O outro, o chamado “Partido de Baixo” (por causa de outra praça), estava sob a chefia de Camilo Filinto Prates (1865-1940), professor de escola normal. Seu grupo remontava à velha panelinha liberal conhecida como os “molotros”.

Cada facção tinha uma banda marcial, um jornal, seus assassinos contratados e aliados nas localidades vizinhas. [...] Em 1915, os primeiros anos de competição não violenta deram lugar à guerra aberta. Montes Claros, uma cidade de estação de ferro e mercado regional de gado, cresceu e prosperou, apesar dos tiroteios de winchester e as explosões de bombas de dinamite (WIRTH, 1982, p. 224).

E de fato, como Wirth demonstra, o progresso chegava cada vez mais na região, permitindo que Montes Claros crescesse e prosperasse, configurando mais um elemento no processo de transformação que aqueles primeiros anos da República apontavam.

Gy Reis Gomes Brito, em seu livro *Montes Claros, da construção ao progresso*, procura traçar um bom panorama das relações políticas que se deram na região à época, e sobretudo demonstrar os aspectos que marcaram o progresso na cidade de Montes Claros no início da República. Entre os vários elementos que poderiam ser enumerados sobre esse progresso estão a iluminação pública, o ordenamento das praças da cidade, entre tantas outras mudanças pela qual a cidade passava. O autor avalia como a Câmara Municipal apresentou projetos na época para recuperação de praças, jardins e variados espaços públicos. “Ao que tudo parece, a febre das reformas Pereira Passos, na década de 1920 na cidade do Rio de Janeiro, estava chegando ou já influenciava os administradores municipais de Montes Claros” (BRITO, 2006, p. 115).

Analisando a relação entre progresso e política na região, o autor deixa claro que:

Não podemos perder de vista que o interesse “político” da elite de Montes Claros estava contemplado nas ações sobre o planejamento da cidade, a organização urbana e sua ocupação no que se refere a demolições, calçamentos, desapropriações; enfim a remodelação da planta da cidade somente atendia os interesses dos moradores da área central, tornando-se assim em uma situação de exclusão social (BRITO, 2006, p. 117).

Diante desse quadro de progresso, onde a construção da ferrovia marcaria decisivamente a nova estrutura que se impunha naquelas décadas iniciais do século XX, o autor também dá importância às elites da região, responsáveis pela construção da vida política e vistas como “agentes do progresso”.

Um novo presente se moldava, aliando o novo e o velho na formação da região norte-mineira. E assim o foi também nas regiões mais centrais do país.

Segundo Maria Efigênia Lage de Resende, o Brasil se configurava naquele período da Primeira República como um “liberalismo oligárquico”, isto é, ao mesmo tempo em que se via a estruturação de uma nova política que procurava se diferenciar do Império, era possível perceber que as oligarquias se consolidavam no

poder, fortalecendo as elites cada vez mais na direção das políticas regionais. Nesse sentido, o coronelismo se tornava um mecanismo vital na estrutura política do país, fortalecendo assim o poder dos municípios. Segundo Resende (2003, p.98):

A transplantação de princípios da Constituição dos Estados Unidos para a Constituição republicana de 1891 é feita sem que se leve em consideração a realidade social e econômica do país, marcada pela alta concentração da propriedade, pelo imenso poder dos proprietários de terras e pela enorme desigualdade entre a população, hierarquizada pela pobreza, pelo estigma da escravidão e pela cor da pele.

É nesse jogo de mudanças e permanências que a República se constituía. A formação de um regime republicano no país, que muitos pareciam esperar a décadas, colocava o Brasil em um novo caminho, e os homens do norte de Minas também tinham suas impressões sobre o novo regime. Uma das marcas da transição política brasileira para a República era a idéia da transformação, das mudanças pelas quais o Brasil necessitava passar, especialmente diante do seu atraso frente às nações liberais e ocidentais que se estabeleceram como potências durante o século XIX, como a Inglaterra, a França, os Estados Unidos e a Alemanha.

Diante dessas transformações políticas absolutamente necessárias, fazia-se necessário também a conformação de um novo “povo”, de uma cidadania mais plena, tal qual a República panfletava em torno do seu ideal político. Dessa forma, a ordem e o progresso deveriam ser, também, sociais, preparando o Brasil e o brasileiro para as transformações que se operariam dali em diante.

Não obstante, apesar da importante análise sobre esse progresso que se presenciava na região, nos é essencial pensar a atuação popular diante desse mesmo progresso e das inúmeras necessidades que a população tinha naquele período, o que nos permite avaliar a ação política dos sertanejos e suas formas de organização na nascente República brasileira.

### **A ação política popular no sertão das Minas**

Em documento apresentado à Câmara Municipal de Montes Claros, no ano de 1902, o fiscal da Câmara apresenta alguns problemas de ordem básica no cotidiano da cidade, informando por meio do texto a necessidade de lugar apropriado para um matadouro público. Segundo o fiscal:

Levo ao conhecimento de Vsa a necessidade urgente da designação de um lugar apropriado para servir de matadouro público desta cidade em quanto essa Ilma. Câmara não tomar esta providencia, que repito de máxima importância teremos todos os dias de receber perigo, pelo desenvolvimento de epidemias, que incontrolavelmente terão de fazer muitas vitimas, com o exalar con-

tínuo de sujeiras – provenientes de diversos matadouros particulares, que existem mesmo em ruas desta cidade. Como Vsa não ignoram, já tem dado o facto de morrerem pessoas atacadas de febre – de mau character, devido estado péssimo de higiene da nossa cidade.<sup>1</sup>

No mesmo documento, apresenta o fiscal a impressão de alguns cidadãos que, insatisfeitos com tal situação, “se manifestam com a sua pessoa, pelo fato de saberem que taes doensas são mortíferas.”<sup>2</sup>

Dez anos antes, em novembro de 1892, os vereadores da cidade de Montes Claros apresentam proposta de iluminação pública para a cidade de Montes Claros, e analisam a questão como de grande importância para a população, já que “muitos dos nossos se conscientizam dos benefícios que essa iluminação nos traria para o progresso da nossa cidade”.<sup>3</sup>

Apesar de os dois documentos retratados não tratarem de ações diretas da população, pelo menos no que se refere à ação política direta efetivada por cidadãos, fica explícito em ambos os casos os interesses sociais em importantes mudanças, que trariam benefícios para boa parte da população, como a resolução de problemas de ordem sanitária ou mesmo a chegada da iluminação pública, “símbolos” de progresso para uma região que carecia de transformações para o seu pleno desenvolvimento.

Seja por meio de um fiscal, ou mesmo por meio da atuação de determinados vereadores, os dois documentos demonstram interesses importantes da população da cidade, sobretudo por se conscientizarem da necessidade no combate a doenças e epidemias e, por outro lado, na conscientização da relevância da iluminação pública para o progresso da cidade.

Em outros casos, a organização de cidadãos e grupos de cidadãos era mais efetiva, mais direta, não necessitando de intermediários entre os seus interesses e as suas formas de manifestação pública. A atuação dos comerciantes e as suas formas de organização são um bom exemplo disso.

Em 25 de janeiro de 1903, os negociantes de toucinho, na cidade de Montes Claros, apresentavam um abaixo-assinado à Câmara Municipal procurando revogar uma lei que regulamentava a venda do produto no Mercado Público da cidade. Em seu texto, apresentavam noções de direito político, com citações de leis e texto constitucional, e deixavam claro os seus interesses diante do exposto aos políticos montes-clarenses:

<sup>1</sup> APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, 1902.

<sup>2</sup> APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, 1902.

<sup>3</sup> APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, Novembro de 1892.

Ilmo. Senhor.

Os abaixo assinados prevalecendo-se do direito de petição consagrado nas Constituições – federal e estadual – vêm representar a Vsas. Contra a disposição de uma lei deste município que considerão vetatória e contraria as disposições da lei nº 2 de 14 de setembro de 1891 – art 38 nºs 10 e 11.

A lei a que se referem os abaixo assignados, é a de nº 80 u 97 de 27 de janeiro de 1899 ou de 13 de fevereiro de 1900, que, sendo revogados pela de nº 103, ficou mantida a disposição que permite a revendagem de toucinho, a retalho, no mercado público desta cidade.

Com effeito a disposição citada da qual tiveram noticia os abaixo assignados, pela publicação d’um edital do fiscal desta Câmara, si da sua execução advem pequeno reddito para o município, prejudica altamente, restringindo a liberdade do commercio, criando o monopólio d’este gênero de primeira necessidade e permitindo o atravessamento desse mesmo gênero. É fácil a demonstração da nossa affirmativa facultada, como se acha, a revendagem do toucinho em retalhos a quem se apresentar munido de licença mediante o pagamento da taxa de 30\$000 – teremos que, um individuo qualquer que tenha capital sufficiente e que seja ganancioso, obtendo licença para revender, por si, e por cinco, seis, ou mais propostos, poderá a ser (sic); (sic) e elevar o preço da mercadoria por não encontrar competidor; c/ (sic) se seguirá o monopólio; é o que será mais prejudicial-o ao povo e a carestia.

Os baixo assignados que são negociantes – alguns estabelecidos no predio que serve de mercado público, que pagão elevados alugueis e impostos municipaes; outros que são estabellecidos fora do prédio do mercado, mas que também contribuem com o imposto de industrias e profissões bem merecem dos poderes municipaes, que as leis com relação a liberdade do commercio, sejam equitativas; pois a classe a que pertencem, eh a que mais contribue para o erário municipal. [...]

Esperão os baixo assignados que, tomando VSas. em consideração o appello, que por esta lhes dirigem, a defirão por ser de inteira justiça.<sup>4</sup>

O documento é revelador de importantes aspectos na ação política dos sertanejos. Tratando especificamente da situação dos comerciantes, em pelo menos outras 11 ocasiões (entre 1889 e 1903) os comerciantes da cidade e da região buscavam reivindicar questões importantes para o seu ofício, quando não revelavam também ser de “interesse de todos, para o bem do povo”<sup>5</sup>, como algumas das suas solicitações expõem. Nesse caso em questão, os comerciantes buscavam se organizar contra uma lei considerada injusta, tendo em vista que a referida lei os “prejudica altamente, restringindo a liberdade do commercio, criando o monopólio d’este gênero de primeira necessidade e permitindo o atravessamento desse mesmo gênero”.<sup>6</sup>

<sup>4</sup> APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, 25 de janeiro de 1903, p. 1-2.

<sup>5</sup> APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, 1901. APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, 1902.

<sup>6</sup> APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, 25 de janeiro de 1903, p. 2

Para os comerciantes, tal revogação deveria ser feita também pelo fato de que conheciam seus direitos, sobretudo por serem contribuintes, “que também contribuem com o imposto de indústrias e profissões bem merecem dos poderes municipais, que as leis com relação a liberdade do comércio, sejam equitativas”, e dessa forma o Estado deveria se preocupar com suas alegações, “pois a classe a que pertencem, eh a que mais contribue para o erário municipal”.<sup>7</sup>

A solicitação dos comerciantes, efetivada por meio de abaixo-assinado nos aproxima de forma mais efetiva das ações políticas populares que se organizavam naquele período, sobretudo no âmbito coletivo dessas ações populares.

Mesmo com os elementos do progresso que lentamente se apresentavam no cotidiano norte-mineiro, a população procurou se organizar para que parte dos seus direitos e das suas reivindicações fossem atendidas, funcionando, assim, como uma “força” no sentido de que parte desse progresso se realizasse, isto é, atuando também como “agentes” desse mesmo progresso.

Acentuar que tais homens das elites e suas abastadas famílias foram “agentes” políticos desse progresso, tal qual nos mostra com competência o trabalho de Brito (BRITO, 2006), é ponto fechado, especialmente se levarmos em conta as características da região, baseadas no coronelismo, e que possibilitavam uma forte concentração de poder por meio de determinados grupos políticos e/ou partidários. O que nos resta revelar é como a população como um todo, ou mesmo grupos e classes específicas, atuaram nesse processo de transformação e de progresso, buscando ordenar o seu *modus vivendi*, o seu cotidiano, os seus interesses, tais quais os comerciantes mencionados.

Meses antes, em outubro de 1902, comerciantes da cidade novamente se organizavam diante de interesses de classe. Em documento apresentado à Câmara, solicitavam providências da Administração Pública acerca da existência de ambulantes situados no mercado da cidade, e que, por serem ambulantes, pagavam menos impostos, “vendendo seus produtos mais baratos e prejudicando aqueles que pagam grandes despesas com alugueis e impostos.” Em tom notadamente ameaçador, os comerciantes cobravam medidas da Administração, colocando que, caso não fosse o problema resolvido, “fecharão as suas portas e instalarão mercados ambulantes iguais aos concorrentes”.<sup>8</sup>

Novamente a ação política dos comerciantes é levada à frente, especialmente por estarem perdendo negócios e interesses econômicos diante do avanço do comér-

---

<sup>7</sup> APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, 25 de janeiro de 1903, p. 2

<sup>8</sup> APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, outubro de 1902.

cio ambulante. Um problema, diga-se de passagem, ainda muito comum em inúmeras cidades brasileiras.

A ameaça dos comerciantes em também se converterem em ambulantes revela parte da noção dos mesmos diante do problema exposto, e principalmente o papel fundamental dos agentes políticos em resolver a situação, já que, caso não fossem encontradas soluções, poderia acarretar em outro problema, ainda mais sério, atingindo assim a arrecadação dos cofres municipais, já que os mesmos, reitera-se, “fecharão as suas portas e instalarão mercados ambulantes iguais aos concorrentes”.<sup>9</sup>

É necessário enfatizar, portanto, que a cidade de Montes Claros vivia um importante processo de transição política, representada pelo avanço de elementos que levariam ao progresso da região, construindo, aos poucos e lentamente, um novo cenário citadino, em meio ao universo rural ainda predominante. No mais, não apenas Montes Claros e o norte de Minas viviam essas transformações. Em todo o Brasil, de formas variadas, fazia-se sentir a transição para o sistema republicano, acarretando assim a construção de uma nova “ordem” e de um novo “progresso”, elementos centrais para o futuro que o Brasil construiria.

Os cidadãos, por sua vez, procuravam se organizar e buscar ganhos pessoais e coletivos da sua forma, à medida que as questões mais urgentes se apresentavam, como no caso dos comerciantes que, sem dúvida, era o exemplo mais presente em toda a documentação pesquisada.

Não obstante, as formas de atuação política desses sertanejos eram variadas, como a documentação revela. Abaixo-assinados, solicitações coletivas, solicitações individuais e mesmo reclamações indiretas feitas por meio de fiscais e vereadores, fazem parte do escopo das ações populares naquele início de República.

Contudo, o mais interessante a ser notado é que, ao longo do século XX, quanto mais se evoluía o processo de desenvolvimento da região e, por conseguinte, quanto mais complexo ficava o *modus vivendi* da população sertaneja, os cidadãos também buscavam outras formas de atuação popular, com estratégias cada vez mais refinadas de manifestação e ação política, mesmo que ainda baseada no “pedir” e nos “favores”, típicos do coronelismo da República Velha e, portanto, típicos das relações que se davam no universo sócio-político do norte de Minas.

Laurindo Mékie Pereira, em *A cidade do favor*, procura fazer uma análise sobre a atuação do coronelismo na região, acentuando a sua sobrevivência mesmo após

---

<sup>9</sup> APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, outubro de 1902.

o desgaste das suas bases com o fim da Primeira República. A análise demonstra que, mesmo em meados do século XX, o coronelismo na cidade e região ainda era forte, o que explica como os “favores” eram importantes elementos da vida política norte-mineira, configurando assim o que ele chamou de uma “cidade do favor” (PEREIRA, 2002).

Até esse ponto, a meu ver, nada de muito incomum. Muitos autores são concordes com o fato de que o coronelismo, mesmo depois do final da Primeira República, conseguiu um alto grau de sobrevivência em várias regiões do Brasil, especialmente aquelas que ainda atravessavam a transição do rural para o urbano, onde a conversão para um espaço urbanístico ainda se dava a passos lentos e, portanto, onde as relações de proximidade e dependência, típicas do mundo rural, ainda eram intensas. Montes Claros e o norte de Minas, nesse sentido, seriam mais um exemplo, entre tantos pelo Brasil daqueles anos 1950.

Por outro lado, a análise de Pereira ganha em complexidade e problematização quando o autor procura demonstrar a relação de mão-dupla advinda desse processo de troca de “favores”. Dessa forma, o autor procura discutir algumas estratégias populares de participação política, em meados do século XX em Montes Claros, apresentando uma espécie de “relatividade da dependência”, elemento fundamental para a análise que procuramos empreender aqui.

Para Laurindo Mékie Pereira, as imagens que as elites dominantes faziam do povo se baseavam em características ora positivas, ora negativas, em uma separação evidente entre os dois grupos, as elites e o povo, cada qual com a sua função: “à população era confiada as atividades simples, braçais, que não exigem esforço intelectual”. Obviamente, por outro, às elites políticas eram confiadas “as atividades nobres como a gerência, a administração, a liderança” (PEREIRA, 2002, p. 151).

Se essa divisão era clara e, em certo sentido, pouco contestável, os efeitos da atuação social e popular não eram tão simples assim, como dividir alguns em trabalho braçal e outros em trabalho administrativo, sem que, de forma alguma, um influenciasse o outro, sobretudo a atuação do povo sobre as lideranças políticas.

Mesmo que muitas vezes as imagens expostas sobre o povo sejam de dependência, de submissão, tendo em vista a necessidade de sempre se reforçar a importante tutela dos coronéis e homens do poder, como fica retratado em vários momentos na análise documental do autor, uma problematização se faz importante: as estratégias de sobrevivência e ação política. Para o autor – que lembramos, faz uma análise da região 40 a 50 anos à frente da análise proposta nesse artigo – nas ações coletivas e individuais, e especialmente nas coletivas, a população demonstra seus interesses e suas estratégias de ação política. Relatando alguns casos de

manifestações de grupos, como os relatados por nós nas páginas anteriores, Pereira acentua:

Vê-se que em ambos os casos – as ações individuais e as coletivas – a população apresentava-se consciente de sua condição de explorado e não assistiu passivamente às ações das elites. As noções das elites de que o povo é ignorante, sem iniciativa e “bem comportado” parecem perder força diante da consciência de uma lavadeira que quer “matar à pedra o presidente”, de operários que se reconhecem como “explorados”, de donas de casa que fazem passeatas e de estudantes que ameaçam depredar cinema (PEREIRA, 2002, p. 161).

É nesse sentido que o autor faz uma importante afirmação, ao demonstrar que todo esse processo de ação política dos cidadãos da cidade e região fazia com que os políticos tomassem maior consciência da necessidade de atuação efetiva, com melhorias para a população em geral, diante das questões manifestadas e dos seus interesses. O “favor”, dessa forma, ganha um novo contorno, já que a própria população “tinha consciência do caráter mútuo dessa relação de dependência e utilizou-se das estratégias que lhes foram possíveis para atingir seus objetivos” (PEREIRA, 2002, p. 161).

Não nos parece outra análise a que pode ser feita quanto aos nossos comerciantes e suas reivindicações, expostas nas páginas anteriores. Quando os mesmos manifestavam seu descontentamento com a “vendagem” de toucinho no Mercado Público, os negociantes lançavam mão de leis e de elementos jurídicos para se manifestar, tendo consciência de estarem altamente prejudicados, “restringindo a liberdade do comércio, criando o monopólio d’este gênero de primeira necessidade e permitindo o atravessamento desse mesmo gênero”.

Dessa forma, se utilizavam de um abaixo-assinado – uma entre as várias estratégias possíveis naquele universo – para conseguirem uma plena resolução da pendenga que se apresentava, sem se esquecerem do importante papel que tinham na cidade e, portanto, passível de total atenção por parte dos agentes do poder e do progresso, já que os comerciantes eram “pois a classe a que pertencem, eh a que mais contribue para o erário municipal”.<sup>10</sup>

Essas formas de ação política eram comuns, especialmente quando era possível reunir grupos com interesses semelhantes, como comerciantes ou moradores de determinadas regiões, interessados em resolver problemas localizados, em nome de 5, 6 ou 10 famílias. E não apenas nos documentos da Câmara era possível perceber reivindicações levadas à frente pelos cidadãos. Os próprios jornais da cidade noticiavam algumas dessas demandas.

---

<sup>10</sup> APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, 25 de janeiro de 1903, p. 1-2.

O jornal o Correio do Norte, de 24 de março de 1889, apresentava em duas páginas completas, solicitações individuais e coletivas de moradores de Montes Claros e região, com interesses variados. Em uma delas, moradores do distrito de Brejo das Almas reclamavam às autoridades competentes a pequena atenção dada a necessidades públicas do distrito, sendo exemplo a falta de um fiscal da Câmara na região, afinal, “disto decorre a infração das posturas municipais”, conforme relatado no texto do jornal. O redator ainda apresenta outras reclamações dos moradores da mesma região, tais como as “péssimas condições das estradas que não são cuidadas, a inexistência de alguém que zele pela cobrança de impostos”, entre outras reclamações dos moradores.<sup>11</sup>

No final daquele mesmo ano, o jornal apresenta a solicitação de alguns moradores do entorno rural da cidade, para que se dê conhecimento na Câmara e mesmo ao “digno Sr. Delegado de polícia, e também aos Paes de família”,

[...] de que nos subúrbios desta cidade, moços, meninas ou talvez mesmo velhos sem juízo atiram imprudentemente para estradas, caçando ou divertindo-se em quintaes, com risco de ferirem ou matarem algum transeunte, o que há pouco dias quasi acontece a uma pobre mulher, que escapou por milagre, de receber um tiro na cabeça, e quando não haja providencia, servira a noticia para aviso aos incautos.<sup>12</sup>

Em ambos os casos, problemas de ordem local – como o descaso da administração pública com os moradores do Brejo das Almas, bem como os cuidados necessários com a prática de tiros no entorno rural da cidade de Montes Claros – são reveladores das estratégias de ação política desses cidadãos norte-mineiros, que buscavam dispensar suas energias, da forma que encontravam, para buscar soluções diante dos problemas que lhes eram apresentados. Situações de resolução complexa ou simples, tanto faz, mas que se apresentavam como de fundamental importância para serem resolvidas, afinal, atingiam diretamente o cotidiano de muitos sertanejos, como era o caso das péssimas condições de uma estrada, a má localização de uma determinada cerca ou os riscos advindos de um tiro incerto, executado imprudentemente por “moços, meninas ou talvez mesmo velhos sem juízo”.

Solicitações coletivas e individuais, o “pedir” pessoal ou indireto, ou mesmo a troca de “favores” típicos das relações naquele universo, são reveladores do quão complexas eram as estratégias desses cidadãos, numa constante construção de cidadãos pouco ou quase nada “bestializados”, como muitos podem imaginar.

---

<sup>11</sup> JCN – Correio do Norte, 24 de março de 1889.

<sup>12</sup> JCN – Correio do Norte, 29 de dezembro de 1889.

Edi de Freitas Cardoso Júnior, em recente dissertação de Mestrado, procurou analisar algumas das experiências políticas populares na cidade de Montes Claros, em meados do século XX, quando, para o autor, presencia-se um importante crescimento urbano da cidade, fruto do progresso iniciado desde os primeiros anos da República, conforme destacamos. Para o autor:

Nos anos transcorridos entre 1930 e 1964, sobre os quais nos debruçamos, lenta ou aceleradamente, processaram-se intensas transformações de ordem sócio-econômica e política. Mas, certamente, a pobreza encontrou seus meios de reprodução, conservando destaque na vida da maior parte dos habitantes (CARDOSO, 2008, p. 48).

Em meio a esse processo de transformação, que mesmo assim ainda conservava a pobreza e as necessidades básicas de toda uma população – questão bastante presente na documentação por nós analisada – Cardoso Júnior demonstra como se davam as ações políticas populares, por meio de abaixo-assinados e pedidos, individuais ou coletivos, feitos por populares às elites da região. Essas elites, salvo em situações excepcionais, se mantinha sob a liderança de uma “velha” classe de proprietários, apegados aos valores sociais e políticos tradicionais, isto é, tendo como herança política o coronelismo das primeiras décadas de República.

Seduzidas pelos ares desenvolvimentistas da época – 1950-1960 – as elites montesclarenses se moldavam, em meio à mistura entre passado e presente, e sobretudo, na direção do futuro da região. Durante décadas e décadas, as relações personalistas, paternais, de mistura entre público e privado, continuavam configurando a região, que somente naquele meados do século XX viria apresentar transformações mais efetivas:

A cidade das primeiras décadas do século, de perfil eminentemente rural, insipiente hierarquização e repleta de “solidariedades verticais” expressas no corriqueiro contato direto entre todos os seus membros inclinava-se para o passado. Junto com ela, os pilares do domínio tradicional, a saber, o paternalismo e a autoridade patriarcal dos ricos sobre os pobres, o monopólio da força que tinham os primeiros, enfim, aquela atmosfera “familiar” de que se beneficiavam concatenando bases sociais aos seus interesses e escamoteando a opressão que exerciam sobre os últimos. A expressão mais comum de tal conjuntura, práticas clientelísticas, personalismo, confusão entre as esferas do público e do privado e prejuízo à efetivação do direito, todavia, não desapareceram imediatamente. Manteve-se por todo o período estudado, só começando a perder espaço no alvorecer dos anos 1950 (CARDOSO, 2008, p. 53-4).

No nosso caso, cumpre destacar que, por mais que tais demandas e solicitações de populares também estivessem presentes, evidentemente, elas não dialogavam com um universo tão complexo quanto o estudado por Cardoso Júnior, naquela *urbe* em expansão. Todavia, isso não exclui o fato de que esses homens do norte

de Minas, naquele período de transição do Império para a República, não viviam também as suas próprias “experiências históricas”, da sua forma, sobretudo ao perceberem no Estado o seu papel administrativo e regulador das relações sociais e cotidianas, o que fica explícito em algumas das demandas expostas no *corpus* documental.

Nas primeiras décadas da República, mesmo que se note um evidente “progresso” na região, ainda assim vivia-se um cotidiano que misturava rural e urbano, configurado em meio a relações sociais mais simples, o que revela também solicitações e demandas mais simples, como muitas daquelas que analisamos anteriormente. Entretanto, embora se tratem de demandas mais “simples” e/ou corriqueiras – como consertos de cercas e estradas, ou procedimentos para evitar acidentes por tiros mal executados –, reiteramos, isso não tira a sua importância diante do dia-a-dia daqueles que faziam as suas solicitações. Tratava-se de ordenar melhor o seu cotidiano, elemento fundamental para a sobrevivência de muitos cidadãos norte-mineiros, e que deveria, portanto, receber a melhor atenção possível do Estado e dos “agentes do progresso” norte-mineiro.

Esse é o caso dos moradores dos lugarejos próximos a estradas que ligavam Montes Claros a outras localidades. No ano de 1892, esses moradores solicitavam através de abaixo-assinado que essas mesmas estradas não fossem desviadas para outros caminhos, “uma vez que sendo desviados, dificultam o trânsito e a manutenção do comércio”. Aproveitavam e, no mesmo documento, faziam nova reivindicação: “Reivindicam também melhorias nas condições do trânsito da mesma”.<sup>13</sup>

Em junho de 1891, os moradores da Lagoa do Peixe e de outras localidades, por meio de documento enviado à Câmara Municipal, reclamam da atitude de um morador, o capitão Lucas Pereira dos Anjos, que:

[...] com o intuito de converter a estrada em mangas, promove um desvio da mesma, passando por locais cheios de vales, barrocas e de difícil travessia. De conformidade com o código de Posturas Municipais que proíbe usurpar, mudar, estreitar, entulhar, ou de qualquer modo arruinar as estradas, caminhos, pontes ou qualquer obra pública e particular, os moradores requerem através do documento as providências da Intendência quanto ao ato do capitão.<sup>14</sup>

As duas solicitações populares colocadas acima são exemplos do que poderíamos chamar aqui de alegações “simples”, talvez, para nós, de simples resolução, mas que, para o cotidiano daqueles homens, parecia de fundamental importância para

<sup>13</sup> APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, fevereiro de 1892.

<sup>14</sup> APMC, Intendência Municipal da Cidade de Montes Claros, junho de 1891.

a sobrevivência. A locomoção pelas estradas de terra do sertão, tão importante para o comércio e sobrevivência de tantos, era elemento que estava na ordem do dia para muitos e muitos moradores, que se aproveitavam da ação política popular para verem suas demandas atendidas, especialmente devido aos desvios feitos nas referidas estradas, como fica revelado em ambos os documentos.

Alguns desses moradores, também com conhecimento das leis que regiam a organização social – como é o caso dos moradores da Lagoa do Peixe, que citam o Código de Posturas – procuravam a tomada de providências, no sentido de verem o problema solucionado. Problemas simples? Provavelmente não para eles, que necessitavam demasiadamente de recursos como uma estrada em boas condições e/ou sem desvios feitos pelo interesse particular de um capitão.

Embora essas relações de favor e dependência, em certo sentido, talvez sejam inescapáveis a qualquer abordagem histórica sobre a região, essencialmente no caso do norte de Minas, ainda hoje estruturado sob os pilares e resquícios do paternalismo, do clientelismo e tantos outros conceitos arcaicos de poder, ainda assim tais questões são capazes de revelar uma ação política popular dinâmica, sobretudo no que se refere ao fato de que os cidadãos enxergavam o Estado, tanto para a resolução de questões de interesse coletivo, quanto para questões de interesse pessoal.

### **Fontes**

- APMC. Documentos da Administração Pública – Câmara Municipal, em especial da cidade de Montes Claros/MG. 1889-1920.
- JCN. Jornal Correio do Norte. Periódicos entre 1884-1885 e 1889-1891.

### **Bibliografia**

- BRITO, Gy Reis Gomes de. *Montes Claros: da construção ao progresso – 1917-1926*. Montes Claros: Unimontes, 2006.
- CARDOSO, Edi de Freitas. *Experiência e poder na urbe em expansão: “cultura política popular” em Montes Claros/MG entre 1930 e 1964*. Dissertação de Mestrado em História, Belo Horizonte, UFMG, 2008.
- FABRIS, Annateresa. *Fragments urbanos: representações culturais*. São Paulo: Studio Nobel, 2000.
- PEREIRA, Laurindo Mékie. *A cidade do favor: Montes Claros em meados do século XX*. Montes Claros: Unimontes, 2002.

PORTO, César Henrique de Queiroz. *Paternalismo, poder privado e violência: o campo político norte-mineiro durante a Primeira República*. Montes Claros: Editora Unimontes, 2007.

RAMINELLI, Ronald. História Urbana. In: VAINFAS, Ronaldo. CARDOSO, Ciro Flamarion. (Orgs.) *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

RESENDE, Maria E. Lage de. O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico. In: FERREIRA, Jorge. DELGADO, Lucília. *O Brasil Republicano I: o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

WIRTH, John D. *O fiel da balança: Minas Gerais na federação brasileira. 1889-1937*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.